

4.

A ajuda internacional nas favelas cariocas

Favela é vida, favela é amor.
Favela é liberdade, amizade e feijoada.
Favela são as pessoas perseverantes.
É sorriso e lágrimas, vida e morte (...).
É um lugar onde o inesperado é esperado e o espontâneo é a norma.
Não é tudo dor, pobreza e passividade.
São pessoas vivendo suas vidas no meio de uma guerra civil.
Pessoas que prefeririam estudar e trabalhar.
Pessoas tentando ser reconhecidas como pessoas por outras pessoas
Que os enxergam como invisíveis e inconsequentes

PERLMAN, 2010, p.XXIII.

As favelas são diversas vezes estigmatizadas e vistas através de lentes estereotipadas, como locais precários, sem luz, água e saneamento, como áreas que não seguem um padrão admissível de ocupação e como localidades que vivem dentro da ilegalidade, fora do “comum” aceitável dentro de áreas urbanas. Em decorrência disso, são constantemente alvos de ações de ajuda internacional. No entanto, muitas dessas ações trazem consigo a ideia messiânica de salvação, sem levar em consideração as inúmeras heterogeneidades existentes entre as diferentes comunidades e seus habitantes, bem como suas histórias, características e particularidades.

Por conta disso, o uso de articuladores locais se faz necessário. Para que essas áreas tenham projetos bem sucedidos, quem melhor do que os próprios residentes para distinguir os problemas prioritários daquele dado território? E ainda, para que seja sustentável a longo prazo, o ideal é que os próprios moradores se envolvam nas ações e as entendam como positivas e agregadoras para si mesmos. É dizer, não pretendemos negar a ajuda internacional, mas é defender o uso do hibridismo, das ações que envolvam tanto os locais quanto o “internacional”, abrindo espaço para a participação legítima dos que ali vivem, seja tanto para a concepção quanto para o desenvolvimento das ações.

4.1

As favelas¹ cariocas

Levando em consideração a noção de que o “local” possui um significado elástico, e que não se pode definir fronteiras claras entre um “local” e outro, já que assim como os Estados, o “local” também não é algo puro, mas sim algo globalizado e conectado, é importante ressaltar a apreensão deste trabalho com definições fixas, já que isso pode nos levar ao mesmo problema que pretendemos criticar, ou seja, os binarismos e as demarcações rigorosas. No entanto, por questões didáticas e para um entendimento maior sobre o nosso objeto de estudo, definiremos o “local” a ser abordado como as favelas da cidade do Rio Janeiro. Entretanto, é preciso deixar claro que não há como homogeneizá-las. Cada uma, embora dentro da mesma cidade, possui suas particularidades, modo de vida e relações internas.

Em 2014, ao redor do mundo, mais indivíduos viviam em cidades (54%) do que fora delas (MAC GINTY, 2015, p.202). Além disso, a ONU-Habitat revelou que, segundo suas expectativas, 60% da população mundial irá morar em áreas urbanas no ano de 2030, sendo a maior parte nos países do Sul Global. Dos 3,5 bilhões de seres humanos moradores de cidades em 2010, quase 24%, ou seja, 827,6 milhões eram moradores de favelas. No Brasil, são 11,7 milhões, ou seja, 6% da população brasileira, que se encontra dividida em 6,3 mil favelas (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014, p.28). Já no Rio de Janeiro, são 1.071, com cerca de 2 milhões de habitantes. Em conjunto, as favelas cariocas formariam a sétima maior cidade brasileira (MELLO, 2014, s/p; PRATES, 2013, s/p). O aumento dessas moradias está relacionado com o processo de urbanização e industrialização da cidade, que no Rio de Janeiro ocorreu principalmente entre 1950 e 1970 (QUEIROZ FILHO, 2011, p.34). E apesar das diversas intervenções tanto pelo governo local, estadual quanto federal, ajuda de agências internacionais, ONGs e até mesmo grupos locais, o crescimento dessa forma de moradia continua a todo vapor (PERLMAN, 2010, p.8).

¹ O termo “favela” foi substituído pelo termo “comunidade” ou “aglomerado subnormal” tanto na sociologia, na mídia quanto na linguagem técnica (o que inclui o censo) para evitar conotações pejorativas. “Comunidade” também é usado como ressignificação por parte dos moradores, após as diversas conquistas de melhorias nos bens e serviços. No entanto, esse trabalho ainda mantém o uso do termo favela na tentativa de problematizar e dialogar com o conceito.

Essas favelas, no entanto, são vistas como o local onde vive a população carente da “cidade maravilhosa”; são espaços demarcados que trazem a ideia de representação ilegal da cidade; são vistas como moradias irregulares, ocupação do solo e precariedade de serviços e equipamentos urbanos. Em outras palavras, são historicamente associadas a uma imagem negativa, sinônimo de insegurança e violência (NUNES, 2015, p.95). Por conta das enormes disparidades entre a favela e o que chamam de “asfalto”, desde 1994 Ventura já chamava o Rio de Janeiro de “cidade partida”, mostrando as distinções e segregações pela cidade.

Sendo assim, é possível ressaltar alguns “dogmas” criados ao redor dessa ideia de favela:

1. Favela como ocupação irregular do espaço urbano, pobreza, violência e sítio de manifestações culturais relacionadas com a sua identidade;
2. Território dos pobres, “uma cidade dentro da cidade”, símbolo da segregação sócio-espacial;
3. Favela como comunidade, onde se corrobora uma realidade plural e multifacetada (VALLADARES *apud* NUNES, 2015, p.96).

Mas afinal, o que são as favelas? Sob o ponto de vista teórico, não há uma definição precisa e hegemônica sobre o conceito. Ela apresenta diversas compreensões e entendimentos que variam de acordo com o autor e o trabalho. Mas uma questão transversal a todas as definições costuma ser a deficiência e as carências desses locais, validadas pela falta de saneamento, infraestrutura, pavimentação, legalização fundiária, saúde, entre outras (FERNANDES, 2012, p.160).

Segundo o Observatório de Favelas (2009),

favela é um território constituinte da cidade, caracterizada, em parte ou em sua totalidade, pelas seguintes referências:

- Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro e de serviços;
- Forte estigmatização sócio-espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade;
- Edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado;
- Apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia;
- Ocupação marcada pela alta densidade de habitações;
- Indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade;
- Níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho;

- Taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade;
- Ocupação de sítios urbanos por um alto grau de vulnerabilidade ambiental;
- Alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira;
- Grau de soberania por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade;
- Alta incidência de situações de violência, sobretudo letal, acima da média da cidade;
- Relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de convivência (SOUZA E SILVA, 2009, p.22-3).

No entanto, vale ressaltar que, diferente da compreensão estereotipada que o imaginário urbano reconhece como favela, visto sempre como território do subalterno e dotado de estigmas relacionados com a violência, o Observatório de Favelas ainda coloca as favelas como:

Moradas singulares no conjunto da cidade, compondo o tecido urbano e integrado a este que não seguem o padrão hegemônico que o Estado e o mercado definem como sendo o modelo de ocupação e uso do solo nas cidades. Esses modelos em geral são referenciados em teorias urbanísticas e pressupostos culturais vinculados a determinadas classes e grupos sociais hegemônicos que consagram o que é um ambiente saudável, agradável e adequado às funções que uma cidade deve exercer no âmbito do modelo civilizatório em curso (SOUZA E SILVA, 2009, p.21).

Já de acordo com o IBGE (2011),

As favelas são definidas como aglomerados urbanos subnormais, assentamentos irregulares em áreas consideradas inapropriadas para a urbanização, como as encostas íngremes das montanhas do Rio: “conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.), ocupando – ou tendo ocupado – até período recente, terreno de propriedade alheia (público ou particular): dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais e privados”

Do ponto de vista do poder público, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN), define a favela como:

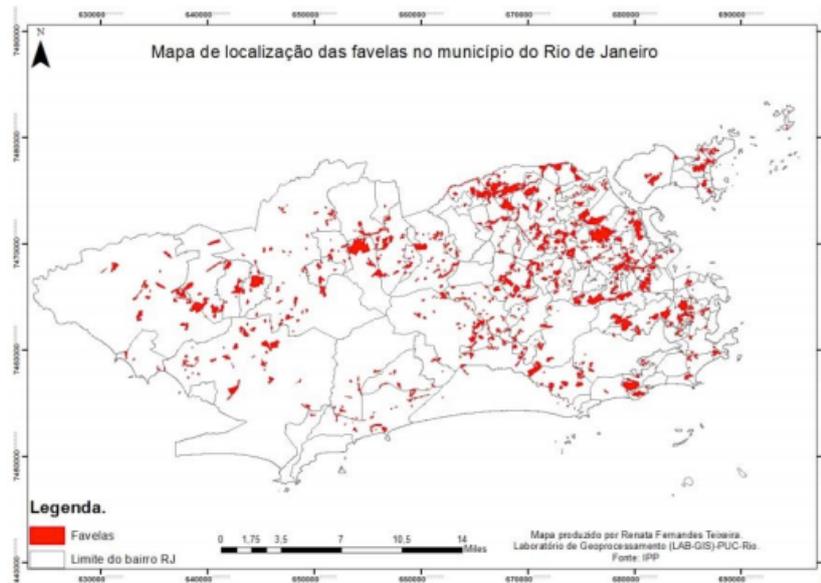
área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO *apud* NUNES, 2015, p.97).

Podendo ainda ser divididas em:

Favelas isoladas – Aquelas com limites claramente identificáveis, com denominação própria e distante de outros assentamentos;

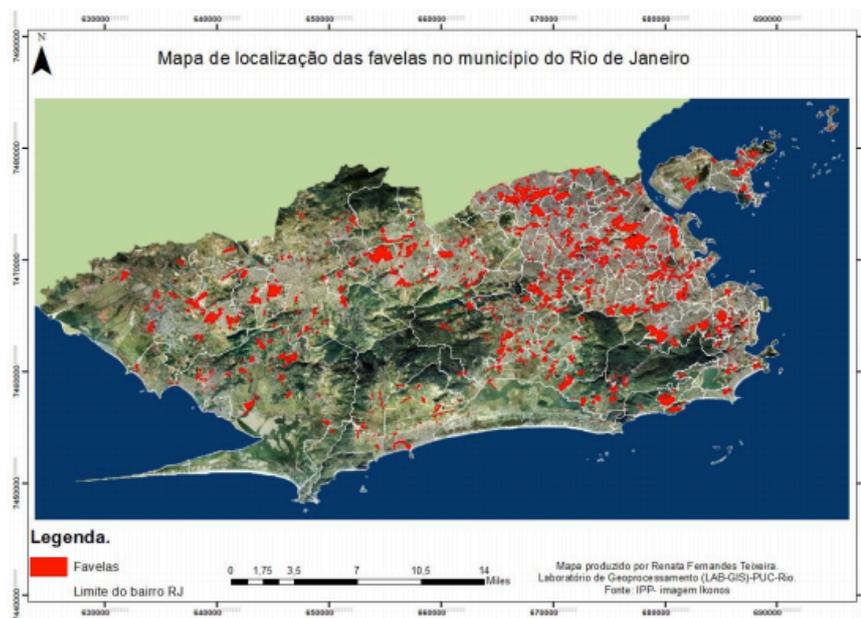
Complexo de favelas – Formados por favelas que por sua proximidade, conformam uma mancha urbana única. Excetuam-se desta classificação as favelas que embora próximas, estejam separadas por elementos construídos que impeçam ou dificultem a circulação dos moradores (grandes ruas e avenidas, rodovias, ferrovias, viadutos, redes de transmissão de energia, etc.) ou que, em função da topografia, pertençam a bacias de contribuição distintas (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO *apud* NUNES, 2015, p.97-8).

Figura 1
Distribuição das favelas pelos bairros do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Instituto Pereira Passos, 2014.

Figura 2
Foto satelital do Município do Rio de Janeiro com demarcação das favelas distribuídas por bairros



Fonte: Instituto Pereira Passos, 2014.

Após as grandes transformações ocorridas com a migração em massa das áreas rurais para as urbanas, agora podemos ver uma nova grande onda, modificando as estruturas das próprias grandes cidades. Se antes elas se concentravam mais em países do Norte Global, agora passam a estar, majoritariamente, nos países do Sul. Em números, é possível afirmar que três quartos da população urbana mundial vive nas regiões em desenvolvimento. Dentro dessas modificações, ainda podemos apontar uma outra transformação: a da cidade formal para a informal. No Sul global, os assentamentos informais crescem muito mais do que as cidades em si. Nesses países, mais de um em cada quatro moradores de áreas urbanas vivem em assentamentos informais. Fora isso, em 2007, mais de 30% da população urbana mundial, ou seja, um bilhão de pessoas, vivia em moradias precárias. Desses, 90% eram habitantes dos países em desenvolvimento. (PERLMAN, 2010, p.46).

Portanto, as cidades são, concomitantemente, espaços de progresso e destituição. A urbanização gera propagação de pobreza e contenção social – tanto em número quanto em tamanho – normalmente associados com a ideia de locais de violência e marginalização (MOULIN & TABAK, 2014, p.47-8). Com isso, é possível dizer que a urbanização do século XX produziu desigualdades devastadoras ao redor do mundo inteiro. Em muitas cidades, inúmeros indivíduos vivem em periferias e em condições ilegais. No entanto, podemos identificar lutas diárias dos moradores para obtenção de seus recursos básicos da *daily life* para sua rotina. A partir desse cenário, surgem novos movimentos de cidadãos que buscam ter o direito à cidade e o direito a ter direito. Essa luta surge no *everyday life*, e é essa insurgência que traz a busca pelos direitos e pela dignidade como cidadãos. É possível afirmar, assim, que essa periferia, na verdade, é produtora de novas formas de ação. (HOLSTON, 2009, p.245-248).

A urbanização do Sul Global cria tensões e desencadeia medo nos moradores das cidades. Relacionados a esse crescimento estão os problemas ambientais, sanitários, poluição, aumento da informalidade, mobilidade urbana, entre outros (MOULIN & TABAK, 2014, p.48). Esse processo gera, diversas vezes, generalizações, universalizações e estigmas quanto à violência, pobreza, atividades ilegais e traz, ainda, a percepção de um vácuo por parte do governo e aumento das vulnerabilidades (HOLSTON, 2009, p.249).

Esses espaços vistos como periféricos, nas palavras de Moulin e Tabak (2014), são duplamente marginalizados. Um por estarem fora da lei e outra por se encontrarem fora da ordem. O primeiro se relaciona desde a ocupação ilegal da terra até com uma economia baseada em contrabando de produtos e drogas. Já o segundo, por serem vistos como confusos e incontroláveis (p.50-1), além de serem entendidos como os “outros” pela grande parte da população (PERLMAN, 2010, p.12).

Esses cidadãos, no entanto, se organizaram em associações voluntárias para demandar regularizações e entrega de serviços básicos aos moradores. Ainda exigem a inclusão na cidade legal, infraestrutura e serviços, dentre eles, água encanada, saneamento básico, pavimentação, eletricidade, transporte público e coleta de lixo. Lutam por urbanização também em seus bairros e forçam o estado a oferecer saúde, escolas e creches. Com isso, demonstram que as massas não são incapazes de tomarem decisões por conta própria (HOLSTON, 2009, p.257-8).

E isso fez com que houvesse diversas mudanças na caracterização das favelas ao longo de sua história. Diferente do passado, hoje em dia as favelas já não podem mais ser chamadas totalmente de ilegais, visto que muitos moradores apresentam posse de fato. Não devem mais ser entendidas como totalmente desprovidas de serviços urbanos, já que a maioria possui acesso à água, sistema de esgoto e eletricidade. Em grande parte, também não são mais construções precárias e diversos moradores ainda se vêem obrigados a pagarem aluguéis ou a comprarem os imóveis, com preços que chegam a ser equivalentes ao restante da cidade. E para completar, diferente do que se acredita, nem todos os residentes das favelas são pobres e miseráveis. Por isso, segundo Perlman (2010), a única diferença real que temos entre as favelas e o restante da cidade na atualidade é o estigma ainda persistente (PERLMAN, 2010, p.30).

Além de serem vistas como local de ausência – seja de água, luz, esgoto, instrução, serviços, regras, leis, etc. – também são observadas como local homogêneo, como se esta fosse igual e tivesse as mesmas características em todas as partes. E apesar das mudanças ao longo desse período de mais de um século de história, ainda persiste uma representação do panorama dos anos 1940 e 1950: desse espaço do “não ser” e do “não ter”, seja relacionado a quesitos materiais, sociais, legais, morais e/ou urbanos. Portanto, a representação se torna

estereotipada e com forte estigmatização (SOUZA E SILVA, 2009, p.16).

Por não seguirem os padrões hegemônicos que o Estado define como forma de ocupação, além de terem sua composição social muitas vezes diferenciada do asfalto, foram caracterizadas, ao longo dos anos, como locais de ilegalidade e em desconformidade com o “normal” das cidades (SOUZA E SILVA, 2009, p.22). E isso pode ser relacionado com a violência epistêmica do discurso que molda o mundo.

Para se entender os estigmas da favela com relação ao restante da cidade nos dias de hoje, se faz necessário retomar as questões habitacionais originadas ainda no período pós-abolição. Em 13 de maio de 1888, a monarquia brasileira assinou a lei Áurea, que eliminou uma escravidão de mais de 300 anos. Esse fato deixou milhares de antigos escravos sem habitação e sem recursos. Isso fez com que muitos saíssem das antigas plantações em direção ao Rio de Janeiro, declarada capital do país com o início da República em 1889 (PERLMAN, 2010, p.24;26). Nessa época, a cidade crescia e o que mais se encontrava eram os cortiços, ou seja, moradias dispostas em filas sucessivas com pequenas acomodações. Essas moradas já eram encaradas de forma segregada por serem ocupadas pela população pobre da cidade. Eram descritas como:

Em primeiro lugar, as constantes denúncias que o apontam como o epicentro mais comum das epidemias de cólera, de peste, de varíola e de febre amarela, que a partir de 1850 assolam periodicamente a cidade; em segundo, o fato de ser ele um foco potencial de agitações populares, residência que era de número elevado de trabalhadores, imigrantes em sua maioria, que viviam no limiar da subsistência (ABREU, 2003, p.212).

Tanto no Rio de Janeiro como na Europa, o *locus* da pobreza no século XIX era esse local, o cortiço. Era onde moravam alguns trabalhadores e a chamada “classe perigosa”, com vadios e malandros. Eram vistos como concentração da vagabundagem e do crime, além de apresentarem índices mais elevados de certas epidemias. Em decorrência disso, eram tratados como uma ameaça à ordem moral e social (QUEIROZ FILHO, 2011, p.34-5; VALLADARES, 2000, p.7).

Esta forma de moradia pode ser identificada como “semente da favela”, tanto porque dentro do famoso cortiço “Cabeça de Porco” já eram observados casebres e barracões, assim como pelo fato do movimento conhecido como

“Bota Abaixo” – tentativa do prefeito Pereira Passos de sanear e civilizar a cidade entre 1902 e 1906 – ter gerado ocupação ilegal dos morros da cidade no início do século XX. Foi com a destruição deste cortiço, o maior da cidade, que alguns moradores deixaram o asfalto e passaram a se instalar nas encostas (QUEIROZ FILHO, 2011, p.34-5; VALLADARES, 2000, p.7).

Nessa época, a cidade era encarada como suja por conta das condições que viviam a população mais pobre, definida como perigo social, malandros, vagabundos, prostitutas, etc. Com o crescimento da cidade, entrada do capital estrangeiro e modernização da infraestrutura básica, surgem também as questões sociais. Mesmo que a população trabalhadora e moradora dessas áreas fosse interessante para o desenvolvimento da cidade, essas formas de moradia não condiziam com a organização que se pretendia alcançar. Por conta disso, o Prefeito Pereira Passos criou seu programa de reforma urbana, buscando criar no Brasil a “Paris Tropical”. Para isso, destruiu os cortiços, casas de cômodo e albergues, locais onde os mais pobres viviam (PERLMAN, 2010, p.26). No entanto, a proposta não buscava apenas organizar o espaço da cidade, pretendia ainda, segregá-la de acordo com os interesses do capital (NUNES, 2015, p.88-91).

Soma-se a esses episódios, o local conhecido como Morro da Favella, onde os ex-combatentes da Guerra de Canudos² se instalaram para pressionar o Ministério de Guerra a pagar o que lhes devia (QUEIROZ FILHO, 2011, p.38-40). Nesse local, passaram a ser vistos aglomerados de casebres sem planejamento e sem acesso aos serviços públicos. Aos poucos, esses aglomerados foram se multiplicando pelo Centro, zonas Norte e Sul do Rio de Janeiro. No entanto, segundo Abreu (1994), foi somente na segunda década do século XX que a imprensa começou a se referir à favela para abordar também outros locais, e não apenas o Morro da Favella. A mídia passou a utilizar esse conceito para aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente em encostas (VALLADARES, 2000, p.7).

² Confronto entre o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular religioso sob liderança de Antônio Conselheiro. Combates ocorridos entre 1896 e 1897, com aproximadamente 20 mil mortes de insurgentes e cinco mil de militares. Para mais informações sobre o conflito, consultar do livro “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, de 1902.

O Morro da Favella, hoje conhecido como Morro da Providência, apresenta duas razões para este nome: a primeira seria a planta da favela, localizada tanto no monte Santo no Estado da Bahia, como também no Morro da Providência (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014, p.40); e a segunda seria a resistência dos combatentes no Morro da Favella, na Bahia, durante a Guerra de Canudos e posterior instalação no Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005, p.29). No início dos anos 1930, o morro mudaria de nome porque se fazia necessário diferenciá-lo do coletivo. Para Mereilles e Athayde (2014), Providência pode ter sido uma homenagem a um rio que passava pela região de Canudos ou então, a “providência” tomada pelos combatentes diante da omissão dos que deveriam ter lhes dado apoio.

Outro morro que possui uma transformação semelhante é o de Santo Antônio. Combatentes de outro batalhão da Guerra de Canudos teriam se instalado neste local e construído barracos, no entanto, com permissão dos militares. Abreu (1994) mostra que em 1898 já havia alertas sobre o crescimento de barracões e, em 1901, que “estava surgindo um bairro novíssimo, construído sem licença nem autorização das autoridades municipais e em terrenos do Estado (...) perfazendo um total de 150 casebres (...) e cerca de 623 habitantes” (ABREU, 1994, p.37). Ainda no século XIX, e antes do Morro da Favella, também surgiram a Quinta do Caju, ou Mangueira, e a Serra Morena, ambas de 1881. No entanto, não há comprovações de que tenham sido ocupações por invasão. O que se sabe é que os primeiros residentes eram imigrantes de Portugal, Espanha e Itália (VALLADARES, 2000, p.8).

Apesar dessas evidências apresentadas, é o morro da Favella que entra para a história. E aos poucos, jornalistas, engenheiros, médicos e homens públicos deixam o cortiço, que perde o foco, abrindo espaço para discussões relativas às favelas. Dessa forma, sobre o tema favela passa a incidir, além do discurso de higiene, a ideia de ser o local responsável pelos males da cidade (VALLADARES, 2000, p.8).

Começam a ser entendidas como sítios de habitações irregularmente construídas, sem esgoto, sem água, sem luz, desencadeadoras de epidemias, locus de doenças e uma patologia social a ser enfrentada (VALLADARES, 2005, p.40-1). E ainda, surge a imagem de locais de carência, da falta, do vazio, do “outro”, diferente do morador civilizado do restante da cidade (ZALUAR &

ALVITO, 2003, p.8). Isso vem desde o início do século XX, quando já era possível perceber o dualismo. Os morros eram vistos como locais perigosos e lugar dos criminosos. Para exemplificar, podemos citar a carta do delegado da 10ª circunscrição ao chefe da polícia, dr. Enéas Galvão, de 1900:

Obedecendo ao pedido de informações que a V. Excia., em ofício sob nº 7.071, ontem me dirigiu relativamente a um local do Jornal do Brasil, que diz estar no morro da Providência infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, se bem que não haja famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado, precisa pelo menos de um auxílio de 80 praças completamente armadas (ZALUAR & ALVITO, 2003, p.8)

Mesmo não sendo a única alternativa, a favela passou a ser uma das possibilidades para os que se viram afetados pelas reformas do Pereira Passos. Consequentemente, foram formas de moradia bastante ignoradas pela cidade e pelo governo na primeira metade do século XX. No entanto, passaram a atrair atenção em meados da década de 1940, tendo sido reconhecidas pelo Código de Obras de 1937, quando foram chamadas de “aberração” e proibidas. Políticos estrearam suas campanhas levantando bandeiras sobre a diminuição da pobreza e a modernização nacional. Uma parte central de suas propagandas abordava a modernização, saneamento e unidades habitacionais como alternativa para as favelas, local visto como espaço de doenças, analfabetismo, corrupção, entre outros (VALLADARES, 2005, p.23;61-2).

Nesse período, surge a primeira proposta de intervenção pública, os parques proletários. Realocaram entre 7 e 8 mil pessoas, um número considerado modesto frente aos 250 ou 300 mil moradores de favelas na cidade. Tudo isso visava o apoio popular, algo indispensável para a manutenção do governo (VALLADARES, 2005, p.23;61-2). Um dos motivos é que grande parte dessas comunidades do Rio de Janeiro se encontrava no meio dos bairros de classe média alta da cidade, o que para as elites era um problema (VALLADARES, 1978, p.30). Por conta das cobranças frente à administração pública para que fizesse algo com relação às favelas, começa a surgir a ideia de “extinção” (NUNES, 2015, p.87).

Tendo esse fato em vista, e ainda associado à expansão descontrolada entre as décadas de 1950 e 1960, a remoção das favelas passou a ser promovida entre 1960 e 1970. Com a instalação do regime militar após 1964, essa política foi facilitada. Utilizavam, para isso, um caráter mais repressivo, visto que o voto popular deixou de ter importância (ZALUAR, 1994, p.65). A Companhia de Habitação (Cohab) foi criada em 1962, responsável por construir os conjuntos habitacionais de baixo custo com verbas da *United States Agency for International Development* (Usaid) (VALLADARES, 1978, p.24). Estes foram construídos na Zona Oeste, local longe do centro da cidade. No total, o programa causou a remoção de 140 mil moradores em 114 favelas (NUNES, 2015, p.93-4).

No entanto, as novas moradias tinham um estilo que parecia impopular aos olhos dos moradores, fora o fato de serem distantes do centro urbano, algo que contribuiu para a queda da renda dessas famílias (ZALUAR, 1994, p.70). Pela distância, gastavam mais com transporte, o que tornava complicado conseguir empregos. Por isso, as novas moradias foram abandonadas alguns anos mais tarde. Nesse sentido, é possível afirmar que a remoção das favelas foi uma proposta que não deu certo. Isso exacerbou o problema de habitação na cidade, além da marginalização dos pobres, tanto geográfica quanto sócio-economicamente. Essas remoções, além de tudo, favoreciam apenas as classes mais altas. Em resumo, foram responsáveis por deslocar a mão-de-obra para os subúrbios, longe do centro da cidade, sem infraestrutura apropriada e distantes uns dos outros, algo totalmente diferente da vivência nas comunidades (NUNES, 2015, p.93-4).

As favelas continuaram crescendo, inclusive de forma mais rápida do que o restante da cidade (PERLMAN, 2010, p.15). Portanto, o governo passou a perceber que a erradicação não seria a melhor solução, abandonando essa política no final dos anos 1970. Não só isso, como também negligenciou muitas delas. Por conta disso, essas comunidades perceberam a necessidade de se organizar para lutar pelos seus direitos como cidadãos. Nesse período, começaram a surgir ainda ideias de desenvolvimento para melhoria da infraestrutura, empoderamento político e integração socioeconômica desses locais com o restante da cidade.

Na passagem do governo militar para a democracia, na década de 1980, as favelas do Rio de Janeiro tornaram-se parte do tráfico internacional de drogas.

Junto com esse fator, aumentou também a violência relacionada tanto com os traficantes como com a vinda da polícia. O nível de violência cresceu a patamares nunca antes vistos no Rio de Janeiro. Em 1994, o Rio possuía níveis de homicídio sete vezes maior do que o nacional. Portanto, sobre a favela incide, na época, uma visão como local dos bandidos, zona do crime, habitat natural das “classes perigosas” (ZALUAR & ALVITO, 2003, p.15).

Em período mais recente, podemos afirmar que os barracos identificados como mais frágeis desapareceram das favelas. Em 1982, com a eleição do então governador Leonel Brizola, há uma mudança de cenário. O estado inicia a oferta de serviços nesses locais como água, esgoto e eletricidade. Não se fala mais em remoção, mas a luta está longe do seu fim. Não apenas pela lenta implementação e difícil acesso a diversos serviços, como pelos corriqueiros problemas tanto com a polícia como com o tráfico (NUNES, 2015, p.94).

Em 2008, a Secretaria de Segurança do estado junto com a Polícia Militar iniciam o processo de implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Este processo foi elaborado na tentativa de estabelecer uma parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. Busca alcançar um desenvolvimento social e econômico das comunidades através da potencialização da entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades. Até o momento, o Rio de Janeiro conta com 38 UPPs e 9.543 policiais (UPP, 2015). Pelo decreto Nº 42.787 oficializado no Diário Oficial em 2011, as UPPs devem cumprir quatro etapas: I) Intervenção tática; II) Estabilização; III) Implementação da UPP; IV) Avaliação e monitoramento (Diário Oficial do Estado, 2011, p.2).

Vale pontuar, entretanto, que até o presente momento, nem todas as declarações relacionadas às UPPs são positivas (HARIG, 2015, p.144). Se por um lado houve avanços, por outro identificam-se acusações de crimes e mortes de inocentes, bem como afirmativas de que o tráfico continua dominando esses espaços, apesar da diminuição da exposição, já que não portam mais armas abertamente (HARIG, 2014, p.16). Soma-se a isso, a visão pública negativa da polícia militar, em especial a do Rio de Janeiro, sendo muitas vezes a perpetuadora e não a que previne o crime e a violência, inclusive executando a morte de inocentes em favelas (HARIG, 2015, p.154).

Seguindo ainda a tentativa de conter a expansão das favelas e também para que elas não ficassem à vista para o restante da cidade, o prefeito Eduardo Paes (2009 - 2016) começou a construir muros de concreto em algumas delas. Afirma que essas construções servem para proteger o meio ambiente, já que limitam o crescimento das favelas, e ainda colaboram com a “pacificação”, já que ajudam no controle do tráfico de drogas. No entanto, segundo moradores, a ideia central é esconder essas moradias, principalmente para os eventos mundiais como a Copa do Mundo ocorrida em 2014 e as Olimpíadas que virão em 2016. Isso só causa mais aprisionamento e sentimento de humilhação, já que os muros são agressivamente feios, nas palavras de Perlman (2010, p.28).

Geralmente, a ideia que ainda paira é de uma cidade dividida em duas: a favela e o asfalto. A primeira sendo o local do medo, da desordem, onde vive a “classe perigosa”. Já a segunda é encarada como um local próprio para se viver. No entanto, quando essa divisão é feita, cai no esquecimento o fato de que a favela exerce um papel fundamental para a cidade, seja ele geográfico, econômico, social ou político. Assim como o asfalto, a favela também é parte constituinte da cidade, mesmo tendo sido rejeitada diversas vezes ao longo da história da cidade, encarada de forma negativa, como local inseguro e violento. Essa imagem denegridora e homogeneizada, normalmente exacerbe apenas as ausências, esquecendo que o morador de favela também é um ator atuante, inserido tanto no espaço quanto no tempo da cidade, ou seja, sujeito de direitos, assim como os moradores do asfalto (NUNES, 2015, p.95). Sendo assim, é válido ressaltar que os moradores das favelas não vivem à margem da sociedade, são partes integrantes desta, mesmo que de forma assimétrica. Doam bastante de si, mas infelizmente ainda recebem muito pouco em troca. (PERLMAN, 2010, p.14).

Resumindo, a luta de todos esses anos serve para indicar que a favela não é o mundo da desordem e que também não se encontra na margem da sociedade civil (ZALUAR & ALVITO, 2003, p.21). É um local que deve ser mais compreendido pela sua solidariedade e relações de vizinhança, de representação e de força local (NUNES, 2015, p.97). Não são, como salienta Gonçalves (2013), locais constituídos por “pobres passivos e marginalizados”, mas ao contrário, se utilizam da ação para conseguirem a apropriação do espaço urbano na cidade (p.30).

4.2

A Ação das OIs e ONGs nas favelas

Com os recentes processos de urbanização, junto com aumento da insegurança e sem proteção suficiente oferecida pelos governos e atores locais, as cidades – principalmente do Sul Global - se tornam alvo de organizações, tanto internacionais como não governamentais. Muitos desses locais veem presente um processo de favelização, ou seja, movimentos populacionais não controlados, o que torna essas cidades conhecidas como *ciudades frágeis*. Sob esse prisma, Moulin e Tabak (2014) definem as favelas como “produto de processos e forças globais, bem como espaços com os quais os Estados nacionais emergentes ainda estão pouco preparados para lidar” (p.45).

No entanto, muitos projetos desenvolvidos nessas localidades enfrentam o problema da universalização e homogeneização. Normalmente, os moradores de favelas são apontados como vítimas vulneráveis, já que são produto de lentes essencialistas e antagônicas, elaboradoras de estereótipos relacionados a esses contextos (MOULIN & TABAK, 2014, p.46). No entanto, esses locais possuem inúmeras diferenças entre si, inclusive as próprias favelas entre elas, seja por estarem em cidades diferentes ou até mesmo dentro de um único município.

Isso, inclusive, faz com que pessoas tanto de fora, muitas do Norte Global, como os próprios habitantes das cidades com favelas percebam essas áreas como locais de violência, sem a complexidade das diferenças entre os diversos bairros. E falta a percepção de alguns até como localidades que possuem tudo, faltando apenas a legalidade, ou uma ação maior do Estado, como salienta o professor Mc Cann (MCCANN, 2015, informação verbal).

Quando oriunda do Norte Global, a ajuda internacional direcionada às favelas pode ser essencial, porém embute em si problemas pelo complexo fato de, muitas vezes, criar desigualdades e até mesmo gerar limites para o desenvolvimento. Segundo Escobar (1995), o discurso do desenvolvimento reproduz os espaços econômicos, sociais e culturais já existentes. Na visão deste autor, as ações são dirigidas por um modelo de desenvolvimento moderno limitador, visto que não possibilita organizações sociais diferentes e mais

relacionadas com a realidade do Sul Global. Tanto que, para a redução da pobreza nos países emergentes, o modelo utilizado foi o neoliberal, através da tentativa de crescimento econômico, excluindo qualquer outra narrativa distinta. Isso exclui ideias que não se assemelham ao discurso Ocidental e se apresentam sempre na tentativa de superar organizações sociais consideradas atrasadas, como as favelas. Segundo o autor, o desenvolvimento seria apresentado, portanto, como uma ideia messiânica de salvação, como uma estratégia para normatizar o mundo através de um discurso que coloca o Sul Global como infantil e que necessita ser guiado por um adulto, o Ocidente (ESCOBAR, 1995, p.29-30;45).

Para abordar essa questão, no entanto, precisamos nos esforçar (e nisso incluímos a nós mesmos) para pensar um possível mundo fora dos padrões ocidentais e liberais. Mesmo os mais críticos, segundo Paris (2002), tendem a trabalhar apenas para facilitar a participação dos mais pobres nessa economia de mercado, mas não proveem nenhuma alternativa para essa estrutura (p.641). Se faz necessário aceitar que nem todos se encaixam nessa construção, e que, mesmo difícil de se imaginar, podem haver saídas fora desses modelos. É um trabalho que requer bastante esforço, já que pode significar não apenas alternativas dentro da lógica em que estamos, mas até, quem sabe, encontrar novas estruturas para o mundo em que vivemos.

Fora isso, cada situação deve ser analisada individualmente por conta das diferenças culturais (CAREY, 2010, p.248), e ainda, levando em consideração o fato de que pode haver o surgimento de inovações vindas desses espaços entendidos como degradação (HOLSTON, 2009, p.249). Ainda segundo o professor McCan, fazer contato com os locais e ter estes atores dentro das organizações atuantes são partes fundamentais para os projetos vindos de fora. McCan também ressalta que não adianta somente o investimento do dinheiro. Sem organização e conhecimento da localidade, não há como produzir nada de positivo, em projeto algum, seja no Brasil ou até mesmo nos Estados Unidos (MCCAN, 2015, informação verbal).

4.3

O uso dos articuladores locais na prática de projetos

Como demonstrado acima, a ajuda é muitas vezes uma estratégia *top-down* e causadora de exclusões, inclusive dos receptores da ajuda. São ações que não se preocupam com a cultura da localidade e que geram um sentimento de inferioridade, já que os próprios locais começam a se perceber fora do nível de desenvolvimento buscado pelos doadores (ESCOBAR, 1995, p.44;52). Não só isso, como pode haver o fato da importação de modelos que funcionaram em países chamados de desenvolvidos para os chamados em desenvolvimento, pois acreditam que, por terem sido bem-sucedidos em um lugar, assim serão no outro também. No entanto, isso pode não funcionar, visto que as culturas são bem diferentes, assim como as circunstâncias e os quadros políticos. Tudo isso precisa ser, portanto, levando em consideração (RABINOVITCH, 2015, em informação verbal).

Por isso, buscamos defender que essa cultura local é imprescindível. Ela demonstra as prioridades e aspirações, o que ajuda a trazer respostas mais plausíveis para as diversas realidades (APPADURAI, 2004, p.60;66). Se estamos falando em melhoras para a realidade dessas comunidades, por que não envolvê-las no processo? Por que os doadores acreditam terem respostas melhores do que os próprios habitantes, que convivem com essas dificuldades diariamente?

Para ilustrar essa questão, destacamos a assistência humanitária desenvolvida pela ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF), no Complexo do Alemão, complexo de favelas localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. A organização optou por importar modelos utilizados no Haiti, supondo que os dois ambientes seriam similares. No entanto, no decorrer da ação, perceberam que os dois cenários são bem diferentes, apesar de apresentarem algumas similaridades. A intervenção, portanto, não dialogava com experiências e conhecimentos prévios. Isso impediu que a organização criasse um relacionamento com os serviços locais já existentes, e ainda limitou a capacidade de ação e cuidado com a população local. Este exemplo mostra como que a

intenção de levar um projeto de um lugar a outro sem considerar o contexto local pode ser um complicador (MOULIN & TABAK, 2014, p.60;64).

No caso das favelas, a cooperação com estruturas internas se faz, então, necessária. Problemas de diálogo entre os provedores de assistência e os locais pode ser um ponto negativo para qualquer tipo de trabalho desenvolvido nesses espaços. Um exemplo dessa dificuldade pode estar na avaliação errônea das hierarquias existentes, o que desafia o papel de qualquer organização vinda de fora. Outra questão a ser avaliada é o tempo dos projetos. A curta duração de alguns, junto com a dificuldade em se adequar ao ritmo da vida local, pode comprometer tanto os possíveis frutos como a confiança da comunidade frente aos atores não estatais (MOULIN & TABAK, 2014, p.46-7).

Para esses projetos, defendemos, portanto, que se faz necessário o “saber ouvir”. É preciso tomar cuidado com as relações de dominação, vindas muitas vezes de técnicos das organizações, que pela sua posição e simbologia, levam a ideia de conhecimento e informação. E se por um lado há a possibilidade de um posicionamento mais autoritário dessa figura, por outro há a possibilidade de discussão dos saberes em conjunto com os participantes envolvidos. Com isso, como Tenório (1990, p.163) defende, em uma relação social que se pretende participativa, os conhecimentos devem ser convergentes. Isso se dá pelo fato da palavra participação vir de parte, sendo assim, o fazer parte, o tomar parte ou ter a parte (BORDENAVE, 1992, p.22).

Participação é compartilhar poder. Tal atitude necessita da disposição de ceder responsabilidade, por um lado, e da capacidade de assumi-la, por outro. Ambas podem ser desenvolvidas, tanto por indivíduos com diferentes ideologias, níveis culturais e sociais, bem como de distintas profissões (CARDIOLI apud NUNES, 2016, p.7)

E até mesmo algumas organizações internacionais reconhecem a importância dessa participação. Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “a participação é um elemento essencial do desenvolvimento humano” (PNUD, 1993, p.2). Já para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), “a participação não é simplesmente uma ideia, mas uma nova forma de cooperação para o desenvolvimento” (BID apud KLIKSBERG, 1999, p.8). E ainda, para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a participação pode ser definida como

um processo onde as pessoas possuem papéis ativos e influentes para a tomada de decisões que afetam as suas vidas.

A participação popular pode envolver um processo longo e complicado, mas traz muitos benefícios: a contribuição da sabedoria local com as atividades; aumento das chances de atingir as necessidades mais relevantes; maior eficiência e honestidade dos oficiais por estarem sob olhar público; e *ownership* da atividade pela comunidade. Através do empoderamento, a participação ainda pode levar a mudanças de sabedorias, habilidades e distribuição de poder entre os indivíduos e até entre as comunidades, melhorando, assim, as desigualdades (OECD, 1993, p.4)

A pessoa que vêm de fora deve utilizar seus conhecimentos apenas como apoio para as discussões, não como orientador das decisões. É interessante que o poder seja diluído e o conhecimento e as informações compartilhados. E ainda, é preciso perceber que todos os envolvidos possuem algum tipo de conhecimento, mesmo que distintos, não sendo exclusivo dos que passaram por um processo de educação formal (TENÓRIO, 1990, p.163).

Sendo assim, para o desenvolvimento local, é necessário que haja o surgimento e fortalecimento de atores do próprio território (MARSIGLIA, 1996, p.75). São eles que fazem parte da história e também possuem alternativas para aquela dada localidade (AROCENA, 1988, p.14). E será com a apropriação por parte deles que um projeto de desenvolvimento destinado às suas próprias comunidades será mais adequado.

O ideal, portanto, é que estes cidadãos estejam presentes desde a formulação dos problemas (diagnóstico), passando pela elaboração do plano de ação, implementação e até chegando na avaliação dos resultados. E ainda, caso haja necessidade, acompanhando e participando do replanejamento, já que a realidade é dinâmica. Formando assim, um processo democrático, cooperativo e educativo, visto que a população, conscientizada de seu papel, consegue influenciar nos processos decisórios (TENÓRIO, 2004, p.2-3). De acordo com Tenório (2004), a participação não deixa de ser a apropriação dos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino (TENÓRIO, 2004, p.11), e participar “é repensar o seu saber em confronto com outros saberes. Participar é fazer ‘com’ e não ‘para’, é uma prática social” (TENÓRIO, 2004, p.12).

Para tanto, a construção em conjunto passa a ser uma forma de dialogar e de formular coletivamente a tomada de decisões. Todos devem opinar, fazendo com que as ideias sejam discutidas coletivamente para depois ser realizado um planejamento. Isso permite um maior conhecimento sobre o trabalho realizado; as pessoas se sentem mais estimuladas para sugerir, criar e modificar; há mais abertura e transparência; ajuda a criar maior autonomia e criatividade; e possibilita a construção coletiva de objetivos, o que facilita na elaboração e execução dos projetos. Essa forma de uso da participação, no entanto, pode encontrar dificuldades quando as instituições apresentam autoridade centralizada; quando o gestor possui dificuldades em dividir tarefas; quando há medo de perda do controle; quando ocorre falta de confiança na capacidade dos outros; e quando há o medo de enfrentar o novo (NUNES, 2016, p.9)

Tendo em vista essa apreciação traçada até o momento, buscaremos analisar adiante três estudos de caso para entender se os modelos de projetos sociais utilizados por organizações internacionais em algumas comunidades do Rio de Janeiro são uma boa forma de criar a legitimidade necessária para trazer soluções que respeitem as visões de mundo e os anseios dos locais. Fora isso, para perceber se ainda trazem respostas positivas e com resultados que façam sentido tanto para os doadores quanto para os receptores.

Dado este questionamento central, buscaremos investigar se a relação com a população local nestes projetos é transparente, se ela é de fato ouvida e se as medidas adotadas são que as que a população ou as que os doadores querem. Pretendemos ter um panorama sobre essas experiências do local e perceber se eles são imprescindíveis para mobilizar os projetos e iniciativas internacionais como defendido até o momento. No entanto, como já levantamos, nem sempre essa participação é de todo simples. Por conta disso, pretendemos analisar também os limites e barreiras encontrados ao longo dessa atuação. Mesmo assim, ainda nos esforçaremos para mostrar que, apesar das dificuldades, a voz desses que estão às margens e diversas vezes são esquecidos, na verdade traz uma possibilidade de criação de alternativas para processos de mudança.

O “local”, portanto, se faz necessário para mobilizar projetos e iniciativas vindas de fora por ser um elemento fundamental para a representatividade. Como já observado, o uso do “local” é um conceito novo, visto que este ainda é entendido como não desenvolvido, não civilizado, anti-democrático e perigoso.

No entanto, se demonstra como sujeito capaz de construir seus próprios projetos através do *ownership* e ainda ajuda a aumentar a credibilidade dessas ações em prol do desenvolvimento. É, portanto, um desafio fundamental para as formas dominantes de pensar e agir.

Em resumo, acreditamos no preceito de que quando a participação dos interlocutores locais é utilizada em projetos sociais desenvolvidos em favelas por organizações internacionais, a legitimidade aumenta porque leva o “local”, ou seja, a cultura, história e a organização interna em consideração. E isso busca não impor um processo, mas sim fazer com que a população se sinta parte, e ainda abre a possibilidade para que este “local” seja provedor de respostas para as complexidades e dificuldades encontradas em suas realidades. Com isso, as soluções provavelmente serão mais apropriadas culturalmente e mais sustentáveis a longo prazo, já que os locais são encorajados a se utilizarem de recursos próprios para solucionar questões no cerne de suas realidades. Isso ainda possibilita que os locais passem de vítimas e receptores para pró-ativos e empoderados.

Com isso, a análise dos estudos de caso que virá em seguida buscará reconhecer a importância do “local” como sujeito de construção dos seus próprios planos através da construção compartilhada desenvolvida em projetos sociais nas favelas cariocas. A investigação desses projetos específicos se deu pelo fato deles se proporem a repensar a lógica *top-down* de aplicação dos projetos sociais. São iniciativas que tentam se utilizar da participação do “local” ao longo de suas experiências. E mostrar, assim, que o “local” não é um espaço vazio a espera de modelos e interesses do Norte Global.

Portanto, podemos dizer que a crítica se refere a modelos universalizantes de projetos que não levam em consideração o “local”, as diversas culturas, histórias e singularidades. A alternativa se encontra na tentativa de uso dos interlocutores da própria comunidade para que os projetos deixem de ser somente *top-down* e passem a envolver mais o *ownership* e a participação do “local”. Com isso, buscaremos mostrar que quando a participação dos interlocutores locais é levada em consideração na construção de projetos sociais desenvolvidos por OIs e por ONGs nas favelas, há um engajamento maior da comunidade, não deixando que os projetos sejam

homogêneos e, sim, que levem em consideração as diversas heterogeneidades dos diferentes espaços onde são desenvolvidos.

Mas é válido voltar ao ponto de que a participação autêntica do “local” pode encontrar diversas barreiras, inclusive a reprodução dos problemas já existentes. O “local” pode também ser partidário, discriminatório, excludente e violento. Por conta disso, se faz uma defesa do hibridismo, ou seja, uso tanto das ideias vindas de fora como dos processos *bottom-up* locais. É um tipo de fusão que pretende se utilizar tanto do *ownership* quanto da ajuda do *outside*. Nessa ideia, busca-se escapar de universalizações, mas também pretende evitar encarar esse “local” como puro e romantizado.

É ainda, uma tentativa de resgate para mostrar que o “local” não está estático apenas a espera de ajuda, mas que são atores atuando constantemente com problemas de falta de recursos e insegurança, encontrando formas próprias de lidar com essas questões e passando pelos diversos obstáculos localizados no meio do caminho. Possuem voz, mas normalmente não são ouvidos ou não são bem compreendidos por atores internacionais. Portanto, essa ajuda deve mudar. Ela deve deixar de ser “para o local” e passar a “aprender com o local”, já que este pode muito bem surpreender com respostas diversas e versáteis (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.198-201).

Para isso, utilizaremos um estudo observacional. Na realidade, com atuação na área por cerca de três anos, esta etapa já vem sendo realizada durante esse período e nos proporcionou as hipóteses supracitadas. No campo, observaremos as ações pela via das organizações internacionais, ONGs e parcerias bilaterais, tanto em suas sedes como em escritórios locais. Nesse caso, foram realizadas entrevistas na sede das Nações Unidas em Nova York, na sede da ONG YouthBuild em Boston e também nos escritórios do Rio de Janeiro. Fora isso, foram ouvidas apresentações na sede das Nações Unidas em Genebra durante um programa sobre os SDGs. Ainda foram promovidas conversas com alguns professores e pesquisadores americanos atuantes na área do desenvolvimento e/ou favela, para buscar entender melhor como é a visão do Norte Global frente ao Sul nessa área. Além de acompanhar a implementação dessas iniciativas através do modelo observacional, houve trocas com a comunidade local, utilizando, nessa etapa da pesquisa, a metodologia do grupo focal e entrevistas semiestruturadas (MERTON et al, 1990; COLUCCI, 2007)

com análise de conteúdo, como proposto por Bardin (1977), por Milliken (1999) e Rocha e Camargo (2011).

Buscaremos analisar como que esses três casos se relacionam com o Diagnóstico Rural Participativo, *ownership* e desenvolvimento social de base. Tentaremos entender como que valorizam o “local” e empoderam estes vistos como “subalternos”. Se (e como) os locais determinam as suas agendas e qual a posição dos *outsiders* nesses processos. Queremos ver como que esses projetos enxergam essas soluções “caseiras” e se os próprios locais sentem que o projeto também é deles. Como eles se vêem ao longo da aplicação e como a participação local é realizada.

Ainda defendemos que o *ownership* não deve romper totalmente com os doadores, mas que se faz interessante deixar o processo concentrado mais nas mãos dos locais. E lembrar que o processo não é fácil. Nenhuma alternativa está livre de questionamentos e dificuldades. No entanto, utilizar um desenvolvimento que se relacione com as ações pensadas, desenvolvidas e dirigidas pela própria comunidade, pode ser bastante relevante para que seja mais facilmente enraizada no “local”, visto que terá sido desenvolvida por eles próprios.

Apesar de marginalizados e rodeados por estigmas e preconceitos, os locais são os que mais entendem das suas próprias realidades e dificuldades. Por isso são os mais capazes de trazerem ideias e respostas para problemas e complicações em seus ambientes. Com isso, podem ser muito agregadores em qualquer ajuda vinda de fora. Para que haja melhorias, é preciso uma ação conjunta, desenhada por ambos os lados, tanto dos que pretendem oferecer ajuda como dos locais, receptores da mesma. Mas se faz necessário não esquecer os perigos e obstáculos que deverão ser enfrentados no meio do caminho. Portanto, também é preciso estar sempre aberto para adaptações e mudanças necessárias ao longo do processo.